



A Linguística Textual na Construção do Texto: Uma Análise dos Fatores de Textualidade

Text Linguistics in Text Construction: An Analysis of Textuality Factors

Antonia Edvânia Lima da Silva Canjã

Resumo: O ensino superior no Brasil fundamenta-se em três pilares essenciais: o ensino, a pesquisa e a extensão. Dentre esses, a pesquisa desempenha um papel crucial, pois possibilita a obtenção de resultados, sejam eles parciais ou conclusivos. É com base nessa perspectiva científica que este trabalho se propõe a discutir os fatores de textualidade. Compreende-se que o texto é, sobretudo, um instrumento de comunicação que deve ser elaborado de maneira eficaz, de modo a permitir que os interlocutores compreendam claramente o que está sendo comunicado. No entanto, comunicar não é uma tarefa simples, embora, por vezes, assim pareça. Nem toda palavra ou frase expressa com precisão a intenção do autor, tampouco transmite, de forma adequada, o objetivo comunicativo pretendido. Para que haja compreensão, é necessário que o leitor capte a mensagem como um todo, em sua dimensão semântica. Dessa forma, nem tudo que se escreve pode ser considerado, de fato, um texto. É nesse cenário que se insere a proposta deste estudo, que visa refletir sobre a linguística textual e os fatores de textualidade enquanto elementos essenciais à construção de sentido. O objetivo central da pesquisa é analisar como esses fatores contribuem para a eficácia comunicativa do texto, partindo do pressuposto de que sua principal função é estabelecer uma interação significativa entre os participantes do processo comunicativo. Tenho em vista que o texto deve ser portador de sentido; destacam-se como indispensáveis à sua construção os seguintes fatores de textualidade: coesão, coerência, intertextualidade, intencionalidade, informatividade, situacionalidade e aceitabilidade. Para fundamentar esta discussão, recorremos a importantes estudiosos da área, como Antunes (2005, 2009), Cagliari (2009), Bakhtin (1995), Fávero (2003), Koch (2004, 2014), Marcuschi (2008, 2012), entre outros. Diante disso, defendemos a necessidade de um trabalho mais aprofundado, em sala de aula, sobre critérios de textualidade, uma vez que sua compreensão e aplicação são fundamentais para a produção de textos coesos, coerentes e significativos.

Palavras-chave: linguística textual; fatores de textualidade; construção textual.

Abstract: Higher education in Brazil is based on three essential pillars: teaching, research, and extension. Among these, the research plays a crucial role, as it makes it possible to obtain results, whether partial or conclusive. It is based on this scientific perspective that this work proposes to discuss the factors of textuality. It is understood that the text is, above all, a communication tool that must be elaborated effectively, in order to allow the interlocutors to clearly understand what is being communicated. However, communicating is not a simple task, although sometimes it seems so. Not every word or phrase accurately expresses the author's intention, nor is it necessary for the reader to capture the message as a whole, in its semantic dimension. Thus, not everything that is written can be considered, in fact, a text. It is in this scenario that the proposal of this study is inserted, which aims to reflect on textual linguistics and textuality factors as essential elements for the construction of meaning. The central objective of research is to analyze how these factors of textuality stand out as indispensable to its construction: cohesion, coherence, intertextuality, intentionality, informativeness, situationality, and acceptability. To support this discussion, we resort to important scholars in

the field, such as Antunes (2005, 2009), Cagliari (2009), Bakhtin (1995), Fávero (2003), Koch (2004, 2014), and Marcuschi (2008, 2012), among others. Given this, we defend the need for more in- depth the Classroom, on textuality criteria, since their understanding and applications are fundamental for the production of cohesive, coherent, and meaningful texts.

Keywords: textual linguistics; textuality factors; textual construction.

INTRODUÇÃO

A Linguística Textual surgiu na Alemanha na década de 1960 e representou uma mudança significativa nos métodos de análise dos enunciados. Antes do advento da LT, os estudos linguísticos se concentravam principalmente no nível da frase. Com o desenvolvimento dessa nova abordagem, passou-se a considerar o texto a partir de uma perspectiva interacional, voltada para o uso da linguagem na interação social e dentro de contextos específicos, um enfoque alinhado ao funcionalismo linguístico.

Nos primeiros momentos de sua trajetória, a Linguística Textual não se voltava diretamente ao estudo do texto como um todo. Como afirma Koch (2004, p.7), “A linguística textual teve inicialmente por preocupação descrever os fenômenos sintático-semânticos ocorrentes entre enunciados ou sequências de enunciados, alguns deles inclusive, semelhantes aos que já haviam sido estudados no nível da frase”. Dessa forma, as frases ainda eram os principais objetos de análise. No entanto, a partir da década de 1970, com a consolidação da área, o interesse se voltou para uma nova unidade de estudo: o texto, compreendido como a base essencial da construção de sentido.

Embora já houvesse interesse pelo todo significativo, foi somente na década seguinte que a atenção dessa corrente linguística ao seu objeto de estudo se intensificou. Isso ocorre, como destaca Koch (2004, p.8), porque “somente a partir de 1980, contudo, ganham corpo as Teorias do texto [...]”. Com essa ampliação, surgem importantes investigações e novas abordagens voltadas ao estudo e ao ensino da materialidade textual, tanto na língua materna quanto em línguas estrangeiras. Dessa forma, o texto passa a ocupar o centro das atenções nessa área da linguística. Nesse sentido, Koch (2004, p. 11) observa:

A Linguística Textual toma, pois, como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases e palavras que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa.

Assim, a Linguística Textual passa a valorizar os fatores e critérios de textualidade presentes nas manifestações linguísticas. Estudar o texto significa

analisar uma estrutura carregada de sentido, com objetivos e intenções bem definidas. Conforme afirmam Cavalcante *et al.* (2009, p. 25-26), “não há discurso neutro ou inocente, pois, ao produzi-lo, o sujeito o faz a partir de sua posição social, orientado por uma perspectiva ideológica, expressando valores, crenças e visões de mundo que refletem os espaços sociais que ocupa”. O mesmo se aplica ao texto.

O texto se concretiza na comunicação verbal, sendo estruturado principalmente pela articulação das ideias. Segundo Koch (2014), a Linguística Textual (LT) compreende o texto como um ato comunicativo inserido em um complexo conjunto de ações humanas. Por isso, essa teoria assume um caráter interdisciplinar, ao considerar diversos fatores linguísticos como os aspectos pragmáticos, semânticos, lexicais, gramaticais e sociais que enriquecem a estrutura e a funcionalidade do texto, objeto central dessa abordagem linguística.

A produção textual, seja oral ou escrita, envolve uma rede multifacetada de elementos. Aspectos sociais, cognitivos e interacionais influenciam a construção do texto, levando a LT a compreendê-lo como um canal organizado em três dimensões: processo, ação e interação. Dessa forma, a Linguística Textual se consolida como um marco relevante nas novas perspectivas da linguística contemporânea.

É impossível abordar a Linguística Textual (LT) sem mencionar Luiz Antonio Marcuschi, referência fundamental nos estudos dessa área no Brasil. Segundo o autor, a LT é uma das vertentes mais promissoras da linguística contemporânea, possibilitando uma investigação aprofundada de seu objeto de estudo. Marcuschi (2012, p.26) destaca que “neste caso, a LT é a descrição da correlação entre a produção, a constituição e a recepção de textos”. Assim, essa corrente linguística cumpre um papel essencial na elaboração de exercícios e no desenvolvimento da capacidade hermenêutica do leitor, oferecendo instrumentos que o auxiliam na compreensão textual (Marcuschi, 2012, p.33).

Dessa perspectiva, a comunicação ocorre por meio do texto, e não apenas da frase, como defendiam os estudos linguísticos anteriores. Durante muito tempo, a gramática da frase ocupou o centro das análises linguísticas, mas mostrou-se insuficiente para lidar com a complexidade da materialidade textual. Ao contrário disso, a LT volta-se para os aspectos envolvidos na produção, recepção e interpretação dos textos. Nesse sentido, a LT parte de um princípio fundamental: o texto é uma unidade linguística hierarquicamente superior à frase. E afirma com convicção: a gramática da frase não é capaz de dar conta do texto. Percebe-se, então, que a LT se centra no estudo do texto como uma entidade concreta e carregada de sentido (Marcuschi, 2012, p. 16).

Postas essas questões, passemos agora às três maneiras de se conhecer a Linguística Textual (LT): a) uma LT que toma como objeto textos em uma esfera autônoma da linguagem, anterior até mesmo à formação dos textos nas diferentes línguas. Nesse caso, o texto seria uma categoria universal, e o objetivo seria encontrar regras gerais para uma competência textual ampla.

b) uma LT que entende o texto como um nível de estruturação específico de cada língua. Aqui, trata-se da elaboração de uma “gramática do texto” ou “gramática transfrástica”, construída para cada idioma em particular.

c) a ideia de que toda a linguística é, na verdade, uma forma de LT, já que todas as manifestações linguísticas ocorrem por meio de textos concretos. Assim, a gramática do texto seria equivalente à gramática da própria língua, e descrever a estrutura e o funcionamento do texto seria o mesmo que descrever a estrutura e o funcionamento da língua.

Essas três abordagens são divergentes. Coseriu (1980) considera a terceira um equívoco. As outras duas são vistas como razoáveis e viáveis, sendo que ele mesmo adota a primeira posição (Marcuschi, 2012, p.32). Paralelamente, a concepção de Marcuschi (2012) sobre a LT é semelhante à defendida por Coseriu (1980). Segundo o autor brasileiro:

Proponho que se veja a LT, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais [...]. Em suma, a LT trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas (Marcuschi, 2012, p.33).

A Linguística Textual tem como foco principal o texto, seja ele escrito ou oral, pois é nesse contexto que a linguagem se concretiza. Assim, para produzir um texto de qualidade, é essencial conhecer e aplicar os critérios de textualidade, tema que será abordado mais adiante. No entanto, antes disso, é necessário discutir com mais profundidade a leitura e a escrita, pois elas são ferramentas fundamentais para a construção de um texto coeso e coerente.

O Papel Fundamental da Leitura e da Escrita na Elaboração Textual

A invenção da escrita marcou profundamente a história da humanidade. Antes de seu surgimento, as informações eram transmitidas oralmente, de geração em geração. No entanto, a tradição oral é suscetível a alterações ao longo do tempo: palavras se transformam, dados se perdem e fatores sociais, políticos e culturais influenciam a seleção do que é ou não repassado.

A escrita possibilita a preservação da informação, permitindo que ela se mantenha ao longo do tempo. Assim, a memória coletiva dos povos passou a contar com novos meios de registro, como os hieróglifos e os papiros. Na modernidade, esse papel é exercido por jornais, revistas, livros e a internet. Pode-se afirmar, portanto, que a escrita representa um marco fundamental na história da humanidade.

Apesar disso, nas escolas, a escrita ainda costuma ser priorizada em detrimento da leitura, esta, sim, essencial ao processo educativo. É importante ressaltar que a principal finalidade da escrita é ser lida, e não o contrário. Cabe à escola, enquanto instituição que sistematiza o saber acadêmico, promover a leitura como prática central, pois é ela que oferece ao aluno a base necessária para uma produção textual mais elaborada.

Nesse contexto, destaca-se a afirmação de Cagliari (2009, p. 148 – 149): “A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maior parte do que se deve aprender na vida terá de ser conseguida através da leitura fora da escola”. No entanto, muitas escolas ainda priorizam a escrita e, mesmo assim, escreve-se pouco e, frequentemente, sem sentido.

É preciso reconhecer que a escrita é uma atividade interativa, que envolve uma relação cooperativa entre duas ou mais pessoas. Por isso, toda ação de escrita deve considerar a existência de um interlocutor, o que exige cuidado e propósito. Quem escreve deve fazê-lo para alguém ou com um objetivo definido, e não apenas para fins de correção escolar.

No entendimento de Antunes (2005, p.45):

A atividade da escrita é então uma atividade de expressão (exemplo: “para fora”), de manifestação verbal das ideias, informações, intenções, crenças ou dos sentimentos que queremos partilhar com alguém, para, de algum modo, interagir com ele. Ter o que dizer é, portanto, uma condição prévia para o êxito da atividade de escrever.

Na produção textual, palavras e frases não atuam de forma isolada, mas se articulam, construindo um encadeamento de significados. O texto se organiza como um jogo de perguntas e respostas entre seus elementos. Assim, a escrita cumpre a função de estabelecer uma comunicação clara, coerente e coesa.

Escrevemos para sermos compreendidos, e a palavra escrita funciona como um elo entre o emissor e o receptor, entre quem escreve e quem lê. O texto, portanto, torna-se uma ponte entre os interlocutores no processo comunicativo. Por isso, ao escrever, é essencial considerar o leitor como participante ativo da interação verbal, garantindo que a mensagem seja compreendida. Nesse sentido, ao pensarmos na escrita como um processo de interação, é pertinente destacar o que afirma Bakhtin (1995, p. 113).

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém [...] A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra se apoia sobre o meu interlocutor.

Na escrita textual, é necessário considerar as normas que regem a produção de um bom texto e, sobretudo, entender o que é um texto. Do ponto de vista de Koch (2014, p.30):

[...] para que uma manifestação linguística constitua um texto, é necessário que haja a intenção do produtor de apresentá-la e a dos parceiros de aceitá-la como tal, em uma situação de comunicação determinada. Pode, inclusive, acontecer que, em certas circunstâncias, se afrouxe ou elimine deliberadamente a coesão e/ou coerência semântica do texto com o objetivo de

produzir efeitos específicos. Aliás, nunca é demais lembrar que a coerência não constitui uma propriedade ou qualidade do texto em si: um texto é coerente para alguém, em dada situação de comunicação específica. [...]. Este alguém, para construir a coerência, deverá levar em conta não só os elementos linguísticos que compõem o texto, mas também seu conhecimento enciclopédico, conhecimentos e imagens mútuas, crenças, convicções, atitudes, pressuposições, intenções explícitas ou veladas, situação comunicativa imediata, contexto sociocultural e assim por diante.

Nesse sentido, é importante destacar que a produção de sentido em um texto não está dada de forma imediata ou automática; ela é construída a partir da interação com o próprio texto, como aponta Koch (2014). Assim, o texto deve ser compreendido como uma reconstrução da realidade, e não apenas como um reflexo ou espelho do mundo. Neste capítulo, analisaremos como o texto se constitui, aprofundando-nos em sua estrutura e investigando de que maneira essa construção ocorre, além de explorar os critérios textuais que orientam a produção de sentido.

A produção de um texto é resultado de uma interação entre sujeitos que têm objetivos sociocomunicativos, sendo a comunicação o principal deles. Escrever um texto envolve considerar diversos fatores relevantes, como expectativas, crenças, visões de mundo, conhecimentos prévios, pressupostos e convicções. Ao levar em conta esses elementos, o autor utiliza o texto como meio para alcançar seu objetivo central: comunicar.

Entretanto, essa produção exige o cumprimento de um conjunto de regras, o que torna o campo da Linguística Textual (LT) bastante complexo. Um texto é a menor unidade significativa de sentido, independentemente de seu tamanho, conforme afirmam Halliday e Hasan (1976, p. 195). Falar em texto é tratar da comunicação e da construção de sentidos que estruturam a interação entre quem escreve e quem lê. Por isso, não se pode produzir um texto de maneira aleatória, já que a língua possui um sistema que impõe certos limites.

Nesse sentido, Azevedo e Tardelli (2004, p.45) destacam: “produzir um texto na escola é, portanto, realizar uma atividade de elaboração que se desenvolve nas situações de interlocução criadas em sala de aula; é um trabalho de reflexão individual e coletiva, e não um ato mecânico, espontâneo ou simplesmente reprodutivo.

A concepção de texto varia significativamente entre o ensino básico e o ensino superior, sendo duas realidades distintas, mas que permitem análise. No ensino básico, é evidente a presença de inconsistências nas produções textuais dos alunos, muitas vezes influenciadas pela oralidade. Além disso, o modelo tradicional de ensino, que utiliza o texto apenas como suporte para ensinar gramática e valoriza apenas a correção estrutural e ortográfica, contribui para a persistência de sérios problemas linguísticos. Isso se agrava pela ausência de práticas de reescrita e retextualização, conforme destaca Matêncio (2002). A reescrita é fundamental para que o aluno compreenda que o texto segue um conjunto de regras e uma organização linear.

No ensino superior, por outro lado, a concepção de texto é mais aprofundada, especialmente entre os estudantes de Letras, que têm contato direto com os fundamentos linguísticos. Isso lhes proporciona uma variedade de recursos eficazes para a construção textual. Ainda assim, é possível identificar problemas que se originam na formação básica e que não foram devidamente resolvidos.

O cenário ideal seria aquele em que o processo de ensino-aprendizagem na educação básica possibilitasse aos alunos a produção de textos bem estruturados, com início, desenvolvimento e conclusão, respeitando a norma culta da língua e organizando as ideias de forma lógica e coerente.

A realidade, no entanto, não corresponde às expectativas: no ensino superior, em vez de se trabalhar a escrita científica conforme as normas acadêmicas, com o objetivo de apresentar contribuições à ciência e à sociedade, os professores, na maioria das vezes, concentram-se primeiramente em suprir as deficiências dos alunos. Isso ocorre para que, ao final da graduação, na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), eles possam demonstrar resultados satisfatórios de aprendizagem.

Diversos teóricos defendem a importância da análise das categorias textuais. Entre eles, destaca-se Marcuschi (2008, p. 72), que define o texto como “a unidade de manifestação da linguagem”, ou seja, como o espaço onde a comunicação se concretiza. O texto não deve ser visto como um simples agrupamento de palavras; ele precisa estar em conformidade com o sistema linguístico, pois a sequenciação é essencial. As partes de um todo semântico devem estar interligadas por diversos critérios de textualidade. Nesse contexto, é relevante destacar também o ponto de vista de Koch (2014, p. 30):

Um texto se constitui no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir para ela determinado sentido.

O texto, seja oral ou escrito, permite diversas abordagens e análises que têm a língua como instrumento principal, sempre com base na comunicação verbal. De acordo com Marcuschi (2008, p.51), é possível explorar pelo menos dezenove aspectos por meio das produções textuais são eles: a) o desenvolvimento histórico da língua; b) o funcionamento autêntico da língua; c) as relações entre as diferentes variantes linguísticas; d) as interações entre fala e escrita no uso real da língua; e) a estrutura fonológica da língua; f) as questões morfológicas em seus diversos níveis; g) a definição e o funcionamento das categorias gramaticais; h) os padrões e a organização das estruturas sintáticas; i) a organização lexical e o uso do vocabulário; j) os processos semânticos e seu funcionamento; k) a construção das intenções e os processos pragmáticos; l) as estratégias de escrita e o estilo; m) a progressão temática e a estruturação dos tópicos; n) a leitura e a compreensão textual; o) o desenvolvimento do raciocínio e da argumentação; p) o estudo dos gêneros textuais; q) o treino em técnicas de ampliação, redução e resumo de

textos; r) o uso correto da pontuação e da ortografia; s) e, por fim, as questões remanescente da alfabetização.

Esses fenômenos anteriormente mencionados podem ser explorados de maneira interativa e textual em sala de aula, considerando que muitos textos utilizados no ensino básico apresentam problemas e complexidades. Eles contêm diversos fenômenos linguísticos, o que torna essas produções textuais um campo fértil para investigações, já que os textos:

Por vezes, eles carecem de coesão, formando conjuntos de frases soltas e, em outras, a têm em excesso, causando enorme volume de repetições tópicas [...]. De resto, os textos escolares revelam ignorância e descompasso em relação à complexidade da produção oral dos alunos (Marcuschi, 2008, p.53).

De uma perspectiva crítica, a pesquisa é fundamental para transformar essa realidade preocupante. Com o objetivo de melhorar as produções textuais, frequentemente marcadas por incidentes e dificuldades, a Linguística Textual propõe novos olhares e possibilidades de mudanças. O ensino voltado à produção, compreensão e análise textual é o foco central dos estudos linguísticos nessa área, dentro de uma abordagem sócio-interacionista.

Essa linha de análise destaca que o aluno deve aprender a ser autor de seus próprios discursos e, ao mesmo tempo, desenvolver uma visão crítica em relação ao discurso alheio. Como afirma Marcuschi (2008, p.55): “Nessa perspectiva, o trabalho com a língua materna parte do enunciado e de suas condições de produção para compreender e produzir bem os textos”. A abordagem sociointeracionista em sala de aula favorece uma profunda transformação social, tornando o aluno um agente ativo na construção de sentidos.

É importante considerar, ainda, que textos orais apresentam diferentes formas, estilos e estruturas, expressos por meio de diversos gêneros textuais e discursivos. O sentido, nesse contexto, está presente em cada produção e se refere à construção de um todo coerente, o texto. Assim, analisar a forma dos textos é essencial para entender como o aluno utiliza os recursos linguísticos na busca por uma comunicação eficaz.

Nessa abordagem de estudo, a comunicação pode ocorrer tanto de forma oral quanto escrita. No entanto, o ensino básico tende a valorizar mais a escrita, deixando a oralidade em segundo plano. Essa falta de atenção à fala é problemática, como destaca Marcuschi (2008, p. 53), ao afirmar que [...] ao se enfatizar o ensino da escrita não se deve ignorar a fala, pois a escrita reproduz a seu modo e com regras próprias o processo interacional da conversação, da narrativa oral e do monólogo, para citar alguns.

Dessa forma, a escola deve priorizar a leitura como eixo central do conhecimento, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento da escrita e da fala. É importante reconhecer que escrita e fala são formas fundamentais e complementares da comunicação e da produção textual. Muitos textos escritos trazem marcas da oralidade, pois, como aponta Marcuschi (2008, p. 65), “um texto

não se esclarece em seu pleno funcionamento apenas no âmbito da língua, mas exige aspectos sociais e cognitivos”, nos quais a oralidade também está incluída.

Nesse contexto que ultrapassa a mera análise dos aspectos linguísticos dos textos, destaca-se a concepção interacional. A produção textual em sala de aula deve considerar alguns fatores essenciais: a leitura precisa ocupar lugar de destaque; e tanto a escrita quanto a fala devem ter o mesmo valor no processo de ensino-aprendizagem, pois ambas orientam o desenvolvimento das ideias.

Ao trabalhar com textos produzidos por alunos, é importante lembrar que eles já trazem uma bagagem significativa de conhecimentos e possuem formas próprias de expressão. Cabe ao professor valorizar esse saber prévio e integrá-lo às novas abordagens linguísticas. Como afirma Marcuschi (2008, p. 76):

[...] o trabalho com a língua portuguesa, na perspectiva de uma LT, teria de se ocupar com algo a mais do que o ensino e aprendizagem de regras ou normas de boa formação de seqüências linguísticas. Trata-se de um estudo em que se privilegia a variada produção e suas contextualizações na vida diária.

Para compreender adequadamente a produção textual, é fundamental considerar todos os aspectos que a envolvem. Isso se deve ao fato de que “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” (Beugrande, 1997, p. 10 *apud* Marcuschi, 2008, p. 72).

Dessa maneira, entende-se que o texto constitui uma unidade de sentido, sustentada por critérios de textualidade que formam a base desse processo complexo de significação. Segundo Marcuschi (2008), esses critérios são: coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Dando continuidade à discussão, analisaremos agora esses elementos textuais, os quais representam fundamentos centrais para o estudo e a construção do texto.

No que diz respeito à coesão, convém frisar que é a ligação coerente entre as partes de um texto, produzida por uma escolha correta de operadores textuais; ela funciona como um conector entre frases e parágrafos e tem como função agir juntamente com a coerência para dar um sentido amplo ao texto. Sobre essa interdependência, Koch (2014, p.58) ressalta que:

Portanto, nos textos em que a coesão está presente, já que ela não é condição nem necessária nem suficiente da coerência, pode-se afirmar que ambas passam a constituir as duas faces de uma mesma moeda, ou então, para usar de uma outra metáfora, o verso e o reverso desse complexo fenômeno que é o texto.

A coesão, embora seja uma relação de natureza semântica, integra o sistema linguístico e se concretiza por meio do léxico gramatical, assim como os demais elementos do sistema semântico. Na construção textual, a coesão envolve subáreas fundamentais: coesão lexical, referenciação, substituição, conjunção e

elisão. Esses mecanismos linguístico-gramaticais são responsáveis por garantir a fluidez e a coerência do texto, além de evitar repetições desnecessárias.

A coesão lexical ocorre por meio da repetição de itens lexicais idênticos ou de termos que compartilham o mesmo referente, conforme destaca Fávero (2003). Essa repetição contribui significativamente para a construção de textos coesos, facilitando tanto a produção quanto a compreensão por parte do leitor. Nessa perspectiva, Antunes (2005, p. 50) observa que “a continuidade instaurada pela coesão é, essencialmente, uma continuidade de sentido, uma continuidade semântica, que se manifesta, de modo geral, por meio das relações de reiteração, associação e conexão.”

Destacamos, ainda, a relevante contribuição de Koch (2004, p.18) ao abordar a coesão lexical, ao afirmar que “[...] pode-se afirmar que o conceito de coesão textual diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”. Complementando essa visão, Fávero (2003) explica que a coesão textual pode se manifestar por meio de referências anafóricas ou catafóricas, as quais são responsáveis por estruturar segmentos coesivos de extensão variável dentro do texto.

No que diz respeito à coesão referencial, Koch (2004, p.31) destaca: “chamo, pois, de coesão referencial aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outros elementos nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual”. Essa coesão pode ocorrer de forma anafórica, quando o elemento retorna um termo já mencionado anteriormente, ou catafórica, quando antecipa algo que ainda será expresso no texto. Identificam-se, nesse contexto, três tipos principais de coesão referencial: a) pessoal, realizada por pronomes pessoais e possessivos; b) demonstrativa, que se dá por meio de pronomes demonstrativos e advérbios de lugar; e c) comparativa, estabelecida de forma indireta, por meio de expressões de semelhança.

A substituição é um recurso coesivo que envolve a troca de um elemento por outro dentro do texto. Pode ocorrer no plano nominal, por meio do uso de pronomes pessoais, numerais, entre outros; no plano verbal, com a substituição de verbos mais específicos por verbos genéricos como “fazer”, que pode, por exemplo, substituir o causativo “ser”; e também pode manifestar-se como substituição existencial. Além disso, há a elipse, que consiste na omissão de um termo facilmente identificável pelo contexto. As conjunções, embora não sejam coesivas por si mesmas, contribuem indiretamente para a coesão ao estabelecer relações entre orações. Por fim, a reiteração, caracterizada pela repetição de expressões, também atua como mecanismo de coesão textual.

Consiste, para Halliday e Hasan, na colocação de um item em lugar de outros elementos do texto ou até mesmo de uma oração inteira. Seria uma relação interna ao texto, em que uma espécie de “coringa” é usada em lugar da repetição de um item particular (Koch, 2004, p.20).

Assim, o mecanismo de substituição atua como um recurso que evita ambiguidades e repetições no texto, além de contribuir para a linearidade e a coesão da produção textual.

“Ela está relacionada à sequencialização do texto, estabelecendo relações como causalidade, temporalidade, consequência, entre outras, por meio de orações subordinadas e coordenadas. Essas conexões contribuem para a linearidade e a progressão do texto. A esse respeito, Fávero (2003, p.14) afirma:

[...] tem natureza diferente das outras relações coesivas por não se tratar simplesmente de uma relação anafórica. Os elementos conjuntivos são coesivos não por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das relações específicas que se estabelecem entre as orações, períodos e parágrafos. Essas diferentes relações conjuntivas possuem uma série de equivalentes estruturais.

Percebe-se com clareza que as conjunções promovem a linearidade e o encadeamento de sentido entre orações subordinadas e coordenadas. Expressões como *mas*, *todavia*, *contudo*, *nem*, *e*, *embora*, *pois*, *porque*, entre outras, exercem essa função. Acerca desse mecanismo coesivo, é fundamental destacar a observação feita por Koch (2004, p.21):

A conjunção ou (conexão) permite estabelecer relações significativas específicas entre elementos ou orações do texto. Tais relações são assinaladas explicitamente por marcadores formais que correlacionam o que está para ser dito. Trata-se dos diversos tipos de conectores e partículas de ligação como *e*, *mas*, *depois*, *assim*, etc. Halliday e Hasan apresentam como principais tipos de conjunção a aditiva, a adversativa, a causal, a temporal e a comunicativa.

Compreendemos que a conjunção constitui um recurso essencial para a organização da produção textual, pois possibilita uma construção articulada e coerente. O último recurso coesivo abordado neste estudo. Esse mecanismo atua por meio da omissão de elementos no texto, indicando, muitas vezes, a presença de um sujeito implícito no enunciado. Conforme define Fávero (2003, p.14), a elisão consiste na “omissão de um item lexical recuperável pelo contexto, ou seja, a substituição por zero (0)”, podendo ocorrer com termos nominais, verbais ou até mesmo oracionais.

No que se refere à coerência textual, é importante destacar que ela diz respeito à estrutura profunda do texto, relacionando-se diretamente ao seu sentido. Trata-se de um elemento essencial na construção textual, pois envolve a organização lógica das ideias e argumentos. A coerência está intimamente ligada à coesão; sem ela, o texto torna-se ininteligível e falha em sua função comunicativa. Como afirma Koch (2014, p.22): “Portanto, para haver coerência é preciso que haja a possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos”.

A coerência manifesta-se por meio do encadeamento lógico dos enunciados, os quais devem estar dispostos de maneira ordenada e significativa, facilitando a

compreensão global do texto pelo leitor. Essa organização pressupõe a apresentação das ideias de forma articulada, de modo que remetem a informações já mencionadas, ao mesmo tempo em que introduzem novos conteúdos. Caso contrário, o texto se limita à repetição, perdendo sentido e coerência. Conforme Antunes (2009, p. 93), a coerência está relacionada à

Construir um texto, capaz de funcionar sociocomunicativamente num contexto específico, é uma operação de natureza também lexical e gramatical. Quer dizer, não se pode escolher aleatoriamente as palavras nem as arrumar de qualquer jeito; nem tampouco optar por qualquer sequência de frases.

A produção e a compreensão de um texto exigem, tanto do escritor quanto do leitor, um domínio adequado da linguagem. Sem esse conhecimento, os textos podem se tornar meros agrupamentos de palavras desconexas, desprovidos de sentido e de difícil interpretação. É importante ressaltar que palavras ou frases isoladas não constituem, por si sós, um texto. Para que haja coerência textual, são necessários três tipos fundamentais de conhecimento.

O primeiro é o conhecimento enciclopédico (ou memória semântica), que diz respeito à organização dos saberes e experiências sobre o mundo, permitindo o estabelecimento de relações lógicas entre ideias. O segundo é o conhecimento linguístico, que abrange tanto o domínio do léxico quanto o das estruturas gramaticais, essenciais para sustentar a coesão e a sequência referencial do texto, conforme destaca Koch (2014, p. 32). Por fim, o terceiro é o conhecimento sociointeracional, relacionado à capacidade de organizar a linguagem em função das interações sociais e dos modelos discursivos que orientam as práticas comunicativas, conforme apontam Fávero (2003) e Koch (2014).

Em síntese, para que um texto seja considerado coeso e coerente, é imprescindível não apenas o conhecimento das normas linguísticas, mas também uma vivência cultural, um repertório e as expectativas do público-alvo. A ausência desses elementos pode comprometer a adequação do texto à situação comunicativa e ao seu destinatário, tornando-o incoerente.

Esse elemento possibilita uma conexão entre textos, promovendo um diálogo entre eles. A intertextualidade revela a dependência mútua entre as produções textuais, uma vez que um texto adquire sentido ao ser relacionado ou comparado a outro. Não há texto totalmente isento de aspectos intertextuais, pois nenhum se constrói de forma isolada. Todo texto estabelece vínculos com discursos anteriores, dos quais retoma certas características para construir uma nova configuração.

Isso significa que todo o texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que põe (Koch, 2014, p. 59).

Segundo Marcuschi (2008, p. 130), a intertextualidade é uma característica inerente a qualquer texto, manifestando-se por meio das relações, sejam elas explícitas ou implícitas, que um texto ou um conjunto de textos estabelece com

outros. Dessa forma, entende-se a intertextualidade como a conexão direta entre diferentes textos, constituindo um diálogo que contribui para a construção de sentidos.

Esse critério nos oferece uma noção clara sobre o que o autor pretende abordar ao longo do texto. Conforme Marcuschi (2008), a intencionalidade está relacionada aos propósitos do autor, revelando seu empenho em construir uma comunicação eficaz, que resulte em um discurso coerente e coeso, capaz de atender aos objetivos tanto do produtor quanto do receptor do texto.

A intenção do autor é, portanto, um elemento essencial no processo de textualização, pois nenhum texto é neutro; todos são elaborados com um propósito específico. Um texto é sempre produzido com uma finalidade que deve ser reconhecida pelo leitor. Como destaca Marcuschi (2008, p. 127), “com base na intencionalidade, costuma-se dizer que um ato de fala, um enunciado, um texto é produzido com objetivo, uma finalidade que deve ser captada pelo leitor”. Assim, é fundamental que o conteúdo textual esteja alinhado às intenções de quem o produz.

A situacionalidade diz respeito à adequação da linguagem utilizada à situação comunicativa em que o texto se insere, estando diretamente vinculada ao contexto. Esse critério estabelece a conexão entre o evento textual e a situação em que ocorre, sendo fundamental tanto para a construção quanto para a compreensão do discurso. A situação comunicativa influencia diretamente a produção textual, orientando o sentido e a forma da mensagem.

A principal função da situacionalidade é garantir que o texto esteja alinhado à situação de comunicação em que se desenvolve. Dessa forma, os produtores textuais moldam o conteúdo conforme o contexto, construindo uma sequência coerente de ideias. Como destaca Marcuschi (2008, p.128), “a situacionalidade não serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interativo, mas também para orientar a própria produção. A situacionalidade é um critério estratégico”.

Todo texto é produzido com o propósito de ser lido e compreendido pelo seu destinatário. Assim, o tema abordado deve estar inserido em contextos acessíveis ao leitor. Nesse sentido, o critério da informatividade contribui para a coerência do texto ao longo do desenvolvimento dos tópicos relacionados ao conteúdo.

Contudo, é fundamental que o autor tenha domínio aprofundado sobre os assuntos tratados. Além disso, é preciso ter cautela quanto ao volume de informações apresentadas: o excesso pode sobrecarregar o leitor e comprometer a assimilação do conteúdo.

O ideal é que o texto traga informações novas, mas que sejam claras e compreensíveis. Como destaca Marcuschi (2008, p. 132), “a informatividade diz respeito ao grau de expectativa ou falta de expectativa, de conhecimento ou desconhecimento e mesmo incerteza do texto oferecido”.

Portanto, a informação é elemento essencial nesse processo, pois é ela que revela, de forma objetiva e eficaz, a mensagem que o texto busca comunicar.

A aceitabilidade está diretamente relacionada à intencionalidade e refere-se à postura do receptor diante do texto. Segundo Marcuschi (2008, p. 128), “

A aceitabilidade, enquanto critério de textualidade, parece ligar-se às noções pragmáticas e ter uma estreita interação com a intencionalidade [...]”. Por envolver as expectativas do leitor, torna-se difícil delimitar com precisão esse critério. Assim, a aceitabilidade é uma característica centrada no receptor, pois avalia o grau de coerência e coesão presentes no texto, o que pode levá-lo a aceitar a mensagem transmitida e, com isso, ampliar seu conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs uma breve reflexão sobre os fatores de textualidade, elementos essenciais na construção de um texto. A produção textual envolve diversos aspectos constitutivos, como os discursivos, gramaticais, estruturais e, em especial, os textuais, foco desta análise. Observamos que os fatores de textualidade orientam a elaboração do texto, conferindo-lhe forma e função, transformando o conteúdo significativo em um conjunto de orações articuladas por uma estrutura coerente.

Entendemos que esses elementos são indispensáveis e devem respeitar os limites da materialidade textual. Por isso, defendemos que os critérios de textualidade sejam trabalhados em sala de aula, possibilitando que os estudantes se familiarizem com tais mecanismos e desenvolvam textos mais coesos e coerentes.

Acreditamos, ainda, que o processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que diz respeito à escrita, alcançaria melhores resultados se os alunos compreendessem o que são os fatores de textualidade, quais são eles e como aplicá-los na prática textual. Para encerrar, vale parafrasear Karl Marx: “Professores e professoras de todos os países, uni-vos! ”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé Costa. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo, Parábola

Editorial, 2005.

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

AZEVEDO, Claudinéia B. e TARDELLI, Marlete C. **Escrevendo e falando na sala de aula**. In CHIAPPINI, Lígia. *Aprender e ensinar com textos de alunos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 11. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

CAVALCANTE, Maria do Socorro de Oliveira *et al.* **Análise do Discurso: Fundamentos e Prática**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2003.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. New York: Longman, 1976.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto 2014.

_____. **A coesão textual**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Linguística textual: o que é e como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MATÊNCIO, M. L. M. **Atividades de retextualização em práticas acadêmicas: um estudo do gênero resumo**. Scripta, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 25-32, 2002.